

ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-12-2020.

---

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Professor Wambert, Moisés Barboza, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/20 (Processo nº 0269/20), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Resolução nº 014/20 (Processo nº 0258/20), de autoria de Felipe Camozzato. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Mendes Ribeiro e Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/20 (Processo nº 0019/20). Ainda, foi aprovado requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia nove ao dia trinta e um de dezembro do corrente, tendo o presidente declarado Moisés Barboza empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Paulo Brum, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 022/20. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 016 e 019/20, o Projeto de Lei do Legislativo nº 145/20 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 024 e 026/20; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 254/19. Às quatorze horas e trinta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 013/20 (Processo nº 0227/20), por dezenove votos SIM e treze votos NÃO, após ser discutido por Mendes Ribeiro, Engº Comassetto, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz e João Carlos Nedel e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Airto Ferronato, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Mendes Ribeiro, Mauro Zacher e José Freitas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Moisés Barboza e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia

Araújo, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/20 (Processo nº 0014/20). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/20, por quatro votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista e Professor Wambert e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Valter Nagelstein. Foi aprovado requerimento verbal formulado por formulado por Mauro Zacher, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 02, 03 e 04 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/20, por um voto SIM e vinte e sete votos NÃO, tendo votado Sim Márcio Bins Ely e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/20, por dois votos SIM e trinta e um votos NÃO, tendo votado Sim Mauro Pinheiro e Moisés Barboza e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e três minutos às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Foi apregoado requerimento de autoria de Dr. Goulart, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia nove ao dia vinte e dois de dezembro do corrente. Às dezessete horas, em face de instabilidade nos sistemas de informática desta Casa, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Boa tarde a todos. Solicito que o diretor Luiz Afonso promova a chamada dos vereadores para verificação de quórum, e conseqüentemente abriremos esta sessão ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**SR. CARLOS EDUARDO COSTA GOMES (Diretoria Legislativa):**

Presidente, estamos com problema de conexão com o diretor legislativo. Pedimos que aguarde alguns instantes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Dada essa circunstância, absolutamente imprevisível, em que se registra essa dificuldade de conexão da Diretoria Legislativa, esperamos que o problema técnico se resolva com brevidade. Tenho certeza de que temos quórum para a abertura dos trabalhos, mas precisamos ter oficializada esta situação. Verifico, desde logo, as presenças do Ver. Adeli Sell, do Ver. Cassiá Carpes, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Paulo Brum, do Ver. João Bosco Vaz, do Ver. João Carlos Nedel, da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, do Ver. Paulinho Motorista, da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, do Ver. Prof. Alex Fraga, do Ver. Mauro Pinheiro, do Ver. Hamilton Sossmeier, acho que é mais do que satisfatório.

Estamos com conexão, diretor Luiz Afonso?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Estamos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Feito esse exame preliminar para a oficialização da situação, solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada para a verificação do quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro vereadores presentes.

Vamos aguardar um pouco, a conexão do Presidente Pujol caiu. (Pausa.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.).

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Por favor, diretor, enquanto aguardamos a conexão do Presidente Pujol, proceda à leitura das matérias apregoadas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.) Além das matérias a serem apregoadas, temos o registro da entrada de um pedido de licença, matéria que deverá ser colocada em votação.

O Ver. Ricardo Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 9 a 31 de dezembro de 2020.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em razão do pedido de licença, assume a vereança no mesmo período o Ver. Moisés Barboza, que já se encontra conectado. Podemos declarar empossado o Ver. Moisés.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** A Mesa declara empossado o suplente Moisés Barboza, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça. Seja bem-vindo, vereador.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Presidente.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, enquanto aguardamos a reconexão do Ver. Reginaldo Pujol, como nós temos uma pauta bastante grande de votações, a sugestão da diretoria é que seja colocado em votação um requerimento para alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos passar às pautas, notadamente à pauta do orçamento.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **4ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0337/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/20**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. **Emendas nºs 01 a 258, Subemenda nº 01 à Emenda nº 146 e Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00200/2020-98).**

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0377/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/20**, que estabelece a isenção do pagamento das tarifas de água e esgoto aos consumidores beneficiados pela tarifa social, nos termos dos incs. I e II do art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 1987, para as competências de outubro, novembro e dezembro de 2020. (SEI 118.00227/2020-81)

**PROC. Nº 0380/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/20**, que altera o inc. XXVII do art. 21 e o inc. XXX do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município; e altera o inc. VII do art. 8º e a al. a do § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989, que institui e disciplina o ITBI, estendendo a vigência da alíquota do ISS para os serviços previstos no item 2 da Lista de Serviços na Área de Tecnologia em Saúde, estendendo a vigência da isenção de IPTU e de ITBI para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa, nos casos em que específica, e estendendo o prazo para solicitação de parcelamento do ITBI. (SEI 118.00230/2020-02)

**PROC. Nº 0346/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/20**, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Taline Opptiz. (SEI 049.00036/2020-15)

**PROC. Nº 0371/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/20**, que altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.605, de 10 de outubro de 2019, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). (SEI 118.00221/2020-11)

**PROC. Nº 0373/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/20**, que altera o caput e seus incs. I e II, os §§ 2º e 8º, todos do art. 6-A da Lei nº 9.329, de 22 de dezembro de 2003, que institui, no Município de Porto Alegre, a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, com redação dada pela Lei Complementar nº 840, de 27 de dezembro de 2018. (SEI 118.00222/2020-58)

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0598/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 254/19**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que denomina Unidade Básica de Saúde Paulo Ávila o equipamento público localizado na Rua Paulo Maciel, nº 220, no Bairro Cavahada. (SEI 014.00055/2020-68)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Presidente Reginaldo Pujol está informando, via WhatsApp, que está sem internet, Ver. Paulo Brum, que devemos seguir a sessão.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O próximo período é a Ordem do Dia. Então, por favor, faça a verificação de quórum para a entrada na Ordem do Dia. Assim que o Presidente retornar, me informe, por favor.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito. Acho que é algum problema elétrico, caiu a internet. Assim que retornar, eu lhe aviso. (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e oito vereadores presentes.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h37min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Quero registrar as presenças dos vereadores Prof. Alex, Engº Comassetto e Mauro Pinheiro.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0227/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 013/20**, que institui o Sistema de Avaliação Municipal de Educação Básica (SAMEB-POA). **(SEI 118.00116/2020-74)**

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLE nº 013/20. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara. Eu não poderia deixar de me manifestar referente a esse projeto, que considero um projeto extremamente importante para o futuro das nossas crianças, para o futuro do ensino fundamental e para o futuro da educação do nosso Município. Não podemos esconder o sol com a

peneira, Presidente Pujol; desde 2011, a nossa avaliação pelo IDEB é péssima. E, ao meu ver, não tem outra forma de corrigirmos isso e melhorarmos, do que uma avaliação séria, bem-feita e de capacidade. A avaliação é o que nos faz evoluir, e o mundo inteiro faz essa avaliação. Então chegou a hora de Porto Alegre também fazer e levar mais a sério isso. Esse projeto, faz com que... (Problemas técnicos no som.) ...as escolas de ensino fundamental precisam passar por avaliações oficiais desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Então, se hoje nós temos uma nota fraca, pelo IDEB, é muito por que as escolas não fazem essa avaliação, e esse projeto é importante porque determina que todas as escolas de ensino fundamental de Porto Alegre façam as avaliações, tanto as do Município, como as oficiais do Ministério da Educação. Repito: a avaliação é o que nos faz evoluir, e Porto Alegre precisa evoluir nesse tema para tenhamos uma melhor educação na nossa cidade. Eu votarei “sim”, Presidente, a nossa Bancada também vai acompanhar, porque é um projeto extremamente importante para o futuro da nossa cidade. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, quero cumprimentar a todos os colegas vereadores e vereadoras e iniciar concordando com a primeira parte da fala do vereador que me antecedeu. Este é um projeto, sim, muito importante. Quero trazer aqui alguns relatos como membro da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara, quando eu e os vereadores Cassiá, Mauro Zacher, Alex Fraga e o presidente Alvoni Medina tentamos fazer um diálogo com o governo sobre este projeto. E compareceu, na nossa reunião da CECE, o secretário Adriano, onde não foi possível nenhuma das nossas tentativas de diálogo sobre os conteúdos e o método aplicados neste projeto que está apresentado como regime de urgência. Ele pretende iniciar este processo de avaliação neste momento, está dito e ele disse, ele afirmou que ainda queria iniciar este ano ou imediatamente no início do ano. Bem, nós precisamos avaliar aqui, Ver. Mendes Ribeiro, que Porto Alegre hoje, no seu ensino municipal, apresenta um decréscimo na avaliação do *ranking* nacional, isso vem se dando nos últimos anos, porque o ensino de Porto Alegre já foi um dos melhor avaliados na década de 1990, um dos melhor avaliados do Brasil. As mudanças que foram efetivadas principalmente agora no governo Marchezan têm deteriorado o ensino municipal, têm desprotegido a comunidade escolar, têm retirado direito dos professores, têm retirado a participação democrática das comunidades nas escolas, retiraram um pouco do subsídio que existia, dos professores, de difícil acesso, têm dificultado as eleições dos diretores, entre outros.

Portanto, o que todos nós, vereadores – principalmente os que serão base do novo governo –, precisamos fazer é reorganizar o sistema de educação municipal para depois, sim, construir um método de avaliação que envolva todos os atores: as famílias

e as suas comunidades, os alunos, os professores e os especialistas. Nada disso foi feito na elaboração deste projeto que aí está. Se nós percebermos com detalhe este projeto, ele é um projeto extremamente autoritário, que foi e é a marca do governo Marchezan, extremamente sem diálogo, que é a marca do secretário da Educação Adriano, que deixa um legado de destruição do melhor ensino básico que nós já tivemos em Porto Alegre, com as suas ações relacionadas ao ensino público municipal.

Portanto, eu recomendo aqui, com os colegas da CECE, Ver. Reginaldo Pujol, que... E há um entendimento, inclusive da bancada que vai apoiar o Melo, na última eleição, diziam que nós deveríamos rejeitar em bloco esses projetos que tem agora, para podermos reavaliá-los sob a óptica mínima do resgate da democracia, que acreditamos que poderá ser pauta do próximo governo, porque a democracia está arranhada.

Então, Ver. Reginaldo Pujol, concluo aqui a minha fala, colegas vereadores e vereadoras e nossa sociedade de nossa Porto Alegre, que devemos, sim, rejeitar este projeto e apostar num novo relacionamento e numa nova construção com a rede de educação do Município de Porto Alegre. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Quero registrar as presenças dos vereadores Marcelo Sgarbossa e Paulinho Motorista. O próximo orador é o Ver. Cláudio Janta.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Boa tarde, Sr. Presidente e membros desta Casa. Eu queira dizer que ouvi atentamente o Ver. Mendes Ribeiro e o Ver. Comassetto. Eu acho que, com relação a esse projeto, desde que nós estamos aqui na Câmara, tem-se lutado muito para ter avaliações do governo e, principalmente, na área da saúde. Nós não podemos esperar dois anos para que seja feita avaliação de como está a escola dos nossos filhos. Não podemos esperar dois anos para ver a avaliação das notas, do desempenho, de como funciona. Se nós não botarmos obrigatoriedade de fazer essa avaliação, as escolas não farão, porque, há dois anos, 72% das escolas de Porto Alegre não fizeram a avaliação necessária. Então, eu acho que a avaliação não tem nada a ver com a questão de tratar a educação, não tem nada a ver com a questão de ouvir os educadores, de ouvir os professores, de ouvir o corpo escolar, de ouvir os familiares – não tem nada a ver com isso. A avaliação é algo necessário para saber o desempenho de quem é o maior interessado na questão, que é o estudante.

Eu venho da iniciativa privada, e tem alguns setores e segmentos em que a avaliação é mensal. Avaliação mensal! Tu participas de lucros e resultados, tu participas de oportunidades de crescimento dentro da empresa, tu tens avaliação anual que é geral para a empresa, para o setor e o segmento, e tem alguns locais em que a avaliação é

mensal. Inclusive, desempenho de venda, desempenho de clientes que tu captas, de produtos que tu vendes, uma série de coisas. Então, eu não vejo por que nós não aprovamos este projeto, porque este projeto não tem rótulo de ser do governo A, do governo C. Este projeto vem com o intuito exclusivamente de melhorar algo que todos nós defendemos, que é a qualidade do ensino de Porto Alegre. Que a gente possa saber em que nível está a nossa educação na cidade de Porto Alegre, algo que todos nós queremos que melhore, que se aperfeiçoe, que possa entregar realmente para as nossas crianças, os nossos jovens, adolescentes e adultos, uma educação de qualidade.

Então, nós encaminhamos, sem dificuldade nenhuma, para a aprovação deste projeto sem ver rótulo, sem ver a quem pertence, a quem não pertence, mas vendo os interessados, que são alunos, pais que usam a rede pública do nosso Município e querem ter a escola que se tinha antigamente. Essa escola se tinha com avaliações, com conselho de classe, com a participação dos pais. Então, é esse tipo de educação que se quer, educação que nos deu grandes empresários, governantes, políticos que vieram da escola pública. Algo que, cada vez, se torna mais difícil, porque não se tem essa mesma avaliação na escola pública que se tem nas escolas particulares, nas universidades e é necessário ter essa avaliação. Por isso nós encaminhamos a favor do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado. Ver. Reginaldo Pujol. Eu gostaria de iniciar a minha fala mencionando a importância que eu dou para o processo de avaliação. Sem avaliação dos nossos trabalhos é impossível progredir. Porém, ouvi atentamente as falas anteriores e devo fazer algumas reparações. O Ver. Cláudio Janta destacou a importância da participação das famílias dentro dos processos educacionais e eu concordo plenamente com isso, mas não basta permitir canais de comunicações das famílias com as escolas, se o governo é completamente surdo com relação a essas demandas. Este governo não escutou as famílias, as comunidades escolares e governou de uma forma totalmente autoritária no que se refere a todas as pautas que propôs, no Município de Porto Alegre, em relação à educação. A avaliação é um processo bastante amplo. Existem diferentes mecanismos avaliativos. Eu, inclusive, estou fazendo uma pós-graduação em gestão escolar e gostaria de esclarecer dois aspectos. O primeiro aspecto que eu considero mais válido é a chamada avaliação diagnóstica. Através do processo de avaliação diagnóstica, se permite observar todos os campos que estão relacionados ao processo de aprendizagem e progresso dos nossos estudantes, em todos os campos, seja em termos de estrutura física das escolas, de acervos de material didático, de qualificação de recursos tecnológicos, de qualificação de RH e também de material humano para trabalhar. Não podemos permitir que um processo avaliativo como esse proposto, que é uma avaliação puramente quantitativa, deixe de levar em conta aspectos importantíssimos para o processo de aprendizagem,

como, por exemplo, a presença de professores em sala de aula. Nós tivemos escolas que passaram dois anos inteiros sem professores de matemática e português. E aí se submete uma comunidade escolar, uma turma de estudantes a um processo de avaliação quantitativa, sendo que não haviam professores nas duas áreas mais importantes por este projeto de lei, que é justamente a área das linguagens e a área da matemática.

Senhoras e senhores, o governo, a Secretaria Municipal de Educação tem que cumprir com as suas responsabilidades. O processo de avaliação diagnóstica permite analisar amplamente as condições que são dadas também para o bom desempenho das atividades docentes e discentes, ou seja, dos profissionais de educação e dos estudantes, justamente para finalizar o ano com um processo de avaliação. Agora, se nós não temos um gestor que ofereça as mínimas condições, o que esse tipo de avaliação quantitativa tem a agregar no município de Poro Alegre? Eu discuto, neste momento, este projeto de lei, porque é um projeto de lei medíocre, feito por um governo, e analisado, avalizado por um secretário de educação incompetente. É isso que se reflete neste projeto de lei; um projeto de lei ruim, que não assume as responsabilidades do Executivo e da Secretaria Municipal de Educação com relação a todo processo de educação e aprendizagem que nós temos nas nossas escolas. É mais uma vez criar um mecanismo de provas, em que os alunos vão responder algumas questões e ali vai se questionar quais as notas para português e matemática, por exemplo.

Nós precisamos de um processo mais amplo, um processo que leve em consideração, por exemplo, as questões socioeconômicas das comunidades escolares, e isso não está presente no projeto de lei. Não está presente no projeto de lei nenhum item, nenhum critério que avalie também a suficiência de recursos humanos, de profissionais de educação, por ser um projeto extremamente malfeito, medíocre e que não assume as responsabilidades daquele que deveria zelar pelo bom nível da educação, que é o secretário ou a futura secretária de educação do nosso Município.

Então, eu peço aos colegas que rejeitem este projeto de lei para tentarmos, no próximo governo, para o próximo gestor, colocar a responsabilidade da construção de um projeto de lei de qualidade, que assumam as suas responsabilidades e permita que nós possamos avaliar a qualidade da educação no Município de Porto Alegre em todos os seus aspectos. Muito obrigado e uma boa-tarde de trabalho para todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Não se trata de qualquer debate; se trata de um debate importantíssimo, que é a questão das avaliações de estudantes, especialmente de crianças e adolescentes, já que estamos tratando da rede municipal de ensino. Porto Alegre, de grandes educadores. Permita-me que, nesta tarde, com este debate, eu faça uma homenagem ao falecido e saudoso Nilton Fischer, que foi nosso

secretário, grande cabeça da Faculdade de Educação da UFRGS. Nós temos tantos outros educadores, inclusive na Faculdade de Educação, como a Jaqueline Moll, considerada uma das grandes educadoras deste País. Nós tivemos importantes educadores na Secretaria Municipal de Educação, como a Esther Grossi, por exemplo. Eu poderia falar aqui, já que estamos no ano do Centenário Paulo Freire, que a educação não é apenas de avaliação; avaliação é um elemento e a gente não resolve o problema do IDEB com avaliação. Nós temos avaliações e não cabe a nós criar outros e diversificar os critérios. Nós temos que seguir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - e aqui eu falo mais diretamente aos colegas do PDT, aos trabalhistas históricos, àqueles que conheceram, conhecem e sabem o quanto foi importante a educação nas gestões brizolistas - e nós temos que, com isso, levantar algumas questões que esta administração não levantou. Quero me dirigir especialmente à bancada do MDB. O governo Fogaça, do seu partido, do MDB, começou a sua gestão trazendo uma educadora, como foi o caso da Marilu Medeiros. Participou da gestão de que os senhores fizeram parte. Uma grande educadora, que veio da universidade. Mesmo depois, com o PDT, teve a secretária que alguns achavam um tanto quanto autoritária, mas ela atendia a tudo e a todos. E o que é que aconteceu com o atual secretário? Não atende ninguém, não atendia os convites da Câmara Municipal, passa o tempo inteiro apresentando números que não condizem com a verdade, e nós estamos na maior crise das escolas do Município, com uma amplíssima e magnífica manifestação dos terceirizados ontem. Fui verificar, senhoras e senhores, o secretário é tão relapso que, há sete meses, não vem sendo recolhida a previdência social, o Fundo de Garantia está em atraso. Já foi mencionado aqui o ataque aos professores, no caso do difícil acesso, na briga que levou contra tudo e contra todos, está o Alex aí para comprovar sobre o horário dos professores. Não, esse projeto não pode passar, não pode passar. Eu não estou entendendo que o pessoal iria fazer um movimento simplesmente rejeitando os projetos do governo por causa da insistente votação emergencial, então, nós vamos votar contra.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Presidente; vereadoras, vereadores, eu acho que esse discurso de alguns vereadores está um pouco defasado. Aqui diz, eu vou ler o § 4º (Lê.): “A Secretaria Municipal de Educação (Smed) publicará, até o fim de outubro de cada ano [portanto, esse outubro já passou, só em outubro do ano que vem], portaria regulamentando, para o ano seguinte, a aplicação da prova, bem como os procedimentos específicos, público-alvo, ano-ciclo de avaliação, período de aplicação e componentes curriculares a serem avaliados”. Eu concordo em parte, ou seja, o prefeito que tentava essa capacidade de aplicar não será mais o prefeito no ano que vem. O secretário de Educação não será mais o secretário. Eu penso

diferente, eu acho que nós devemos aprovar sim, e aí o prefeito atual, ou o que vai assumir em 2021, Sebastião Melo, vai regulamentar e, se possível, até modificar alguma questão, remeter novamente à Câmara, mas nós não podemos perder a oportunidade. Quem é que não quer uma reavaliação? Quem é que não quer uma avaliação? O que é que isso transtorna? Uma coisa é salário, outra coisa é a situação do professor fora da avaliação, aí nós concordamos em muitas coisas. Os professores são maltratados, muitas vezes não há diálogo, tudo isso é verdade. Mas também nós devemos entender que a nossa educação, e citaram aí, quem já foi governo por 16 anos, que a educação foi melhor no tempo do Brizola, etc., e é verdade, mas hoje não está bem. Se não está bem, a prerrogativa é do prefeito, não é da Câmara. A Câmara pode votar contra, mas não é prerrogativa, a Câmara não estabelece, não declara um projeto para o prefeito aprovar, é o contrário. Eu acredito que nós podemos ajudar, deixar essa brecha para que o prefeito posterior, Sebastião Melo, venha a aplicar, regulamentar, como dito no § 4º do art. 2º. Eu penso dessa forma, vamos aprovar, e o prefeito que vai assumir o ano que vem fará as correções necessárias; um novo secretário, com outra cabeça, com bons pensamentos, com diálogo. Muitos falam só em diálogo, diálogo, diálogo, mas, na realidade, não querem diálogo, querem ser contra. Nessa canoa nós não vamos, nós vamos dar a possibilidade de o prefeito que vai assumir em 2021 regulamentar, coordenar e, se possível, até modificar o projeto. Esse é o meu pensamento, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; eu vou, mais ou menos, nessa linha do Ver. Cassiá Carpes. Aqui se falou muita coisa sobre a educação no governo Marchezan, sobre o comportamento do secretário Adriano, sobre vários segmentos. Agora o projeto é uma coisa, a incompetência do Marchezan é outra, e a falta de diálogo do secretário é outra. Teve um vereador que falou que era contra o projeto de avaliação – acho que foi o Ver. Comassetto –, porque as famílias não foram ouvidas. Mas por que as famílias precisam ser ouvidas para que os governos – eu não vou personificar um governo – possam aplicar uma prova de avaliação? Qual é o problema de se aplicar uma prova de avaliação? Eu não vou querer comparar com a Ordem dos Advogados do Brasil, mas tem uma prova que é uma avaliação de tudo aquilo que se aprendeu durante o curso de direito. Se é para avaliar para melhorar o ensino, eu, do PDT há 30 anos, nós defendemos a educação de qualidade... Nós só vamos ter uma educação de qualidade, se a gente conseguir auferir aquilo que está sendo passado e que está sendo ensinado nas escolas, e essa é a possibilidade. De que maneira se faz uma avaliação? Com a aplicação de uma prova de avaliação. Como o Ver. Cassiá Carpes falou, outubro já passou, isso é para outubro do ano que vem, e dando a possibilidade que o próximo governo coloque em prática ou não coloque em prática. Se vai ter que voltar para a

Câmara para ser modificado ou não... Eu não sou um estudioso profundo dessa questão da educação e nem posso querer discutir ou argumentar com o Prof. Alex, por exemplo, que está dentro, e ele está em um viés que ele conhece esse sistema, esse panorama que está sendo apresentado. Agora, eu não entendi, e eu gostaria até se alguém que é contra pudesse responder: por que não se pode e não se deve, no ano que vem, se aplicar uma prova de avaliação? Eu acho que é a única maneira, porque nós passamos o ano todo aqui... Agora estou encerrando 20 anos de mandato, 5 mandatos consecutivos, dignos e transparentes, e nesses 20 anos briguei pela educação através do esporte, escola de turno integral. Levantei a bandeira do PDT durante 20 anos, e sempre se reclamou que nós nunca conseguimos chegar no nível que gostaríamos do ensino no Município de Porto Alegre. Então, se agora temos essa possibilidade de uma avaliação para que se possa, em cima de dados, ter esse resultado, olha, eu não vejo maiores problemas que a Câmara tenha condições de aprovar este projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 013/20.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Boa tarde, meus prezados colegas. Eu vou pela maioria dos vereadores, especialmente o meu colega Cassiá Carpes. Eu acho que nós reclamamos muito, várias vezes, da qualidade da educação, e quando é tomada uma medida para avaliar efetivamente essa qualidade, nós não podemos ser contra, nós temos que aprovar. Hoje não existe nada. Se esse método, o sistema de avaliação não é perfeito, mas é muito melhor do que nada. É importante que exista esse sistema de avaliação, nós não podemos ficar sempre reclamando, nós temos que ajudar a construir a nova educação de Porto Alegre, e este talvez seja o início. Vou votar pela aprovação.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Pergunto ao nosso diretor legislativo se tem alguma nova inscrição.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não, Presidente, para discussão não temos inscrições, temos apenas uma inscrição para encaminhamento.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLE nº 013/20. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente Pujol. Quero saudar meus colegas vereadores, público que nos acompanha. Eu gostaria de me manifestar a respeito deste projeto, acredito que seja um excelente projeto para Porto Alegre. Acho que, enquanto vereador independente nesses quatro anos de mandato, nós tivemos uma série de debates e divergências com relação a propostas do Executivo, outras construções e concordâncias. Na pauta da educação, acho que uma coisa que Porto Alegre deve há muito tempo é justamente dar melhores condições para que o aluno e as famílias possam justamente entender como é que está se dando o seu aprendizado, como estão evoluindo os seus resultados e que a gente possa ter na gestão pública municipal veiculada à educação, programas de melhorias desses programas, dessas metodologias, enfim, dos nossos resultados. A gente sabe que Porto Alegre é uma das piores capitais brasileiras no *ranking* de avaliação do IDEB, a gente teve dificuldades de avaliar as notas no último ciclo por conta de greve no sistema público municipal, que não permitiu a aferição dos resultados. Existe uma máxima da gestão que é a seguinte: o que não é medido, não é gerenciado; se a gente não tem como medir, a gente não tem como gerenciar e sem gerenciar não existe como gerar resultados, vai ser à mercê da sorte, à mercê do covid, e acho que nós já passamos, há muito tempo, de precisar ou de recorrer unicamente à sorte e ao palpite para que a gente possa gerar resultados para a nossa população. Acho que especialmente o aluno da rede pública, que necessita dessa educação, desse direito básico garantido pela Constituição, ele não apenas precisa estar em sala de aula, ele precisa estar aprendendo. Nós precisamos, enquanto cidade, ter o domínio desse aprendizado, tendo conhecimento do que nós estamos ensinando e na medida... (Problemas na conexão.) Então eu vejo com muito bons olhos esse sistema de avaliação municipal da educação básica e acho que é essencial para a cidade de Porto Alegre que nós tenhamos, o quanto antes possível, isso vigorando, funcionando na cidade de Porto Alegre, quer seja para nós, legisladores, responsáveis pela fiscalização do Município e das secretarias podermos, justamente, ver se a Secretaria de Educação está desempenhando um bom trabalho, se nós estamos caminhando para a melhoria dos resultados, quer seja para justamente a gente criticar no caso de terem resultados ruins. Hoje nós não sabemos, hoje nós estamos no escuro, hoje nós estamos tentando navegar sem ter nenhum farol. Esse é pior cenário possível. Eu vejo que esse sistema de avaliação vem justamente para ser uma luz nessa escuridão e ajudar a guiar a Prefeitura de Porto Alegre e quem quer que seja o próximo gestor da educação, e como a próxima gestão decidir conduzir os seus problemas, que ele possa ter um termômetro de como isso está avançando. Independente de prefeito, independente de partido, independente de quem é secretário, esse é um excelente projeto para Porto Alegre, que já poderia, inclusive, ter sido votado e aprovado antes, mas a gente precisa, agora, fazer com que isso ande. Então fico muito feliz de poder estar votando e ajudando a aprovar neste momento, ainda que seja final de uma gestão e nessa transição da próxima gestão, mas também feliz em saber que há interesse da próxima gestão em conversar, dialogar e aprimorar aquilo que é bom para a nossa cidade. Eu vejo que este projeto é bom para Porto Alegre, bom para os nossos alunos, bom para as nossas crianças. As falas que estão aqui hoje postas por pessoas que são

opositoras a esse projeto estão debatendo especificamente questões que não dizem respeito ao aprendizado do aluno, que é quem nós deveríamos estar olhando, se o aluno está aprendendo ou não, ele é o cliente da educação pública, e a gente não consegue auferir isso. Então é impedir que o aluno possa saber, que a gestão pública possa entender se está evoluindo ou não, para mim é usurpar direito educacional às nossas crianças, para mim é atentar contra essas famílias, essas crianças, especialmente as mais pobres, que precisam de um sistema educacional que as alfabetize, que as eduque, que as coloque em condições de competir igualmente com as oportunidades. Então não ser a favor de um projeto como esse, de permitir a evolução e acompanhamento da aprendizagem, para mim, é um atentado contra educação brasileira, por isso, eu sou veementemente a favor, e saúdo não só essa gestão que encaminhou esse projeto, como também a próxima gestão que vai dar continuidade a esse trabalho, porque Porto Alegre precisa disso. Por isso encaminho meu voto favorável ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado, Presidente. Começo mais uma vez a minha fala ressaltando a importância que os processos avaliativos têm para o desenvolvimento dos trabalhos das escolas em todas as repartições. Lamento que o Ver. Felipe Camozzato não tenha ouvido a minha a fala, talvez por um problema de conexão, ou talvez por um problema grave de audição seletiva. Quem se preocupa com educação, quem estuda educação e busca informações dentro desse campo sabe que o aprendizado não é puramente uma nota. Existem muitos outros fatores que não apenas a situação de sala de aula e a transmissão de conteúdos dos professores para os estudantes fazem com que haja o processo educacional, a evolução educativa dos nossos alunos. Como eu falei anteriormente, todo o entorno da escola, por exemplo, o índice de violência em uma comunidade impacta negativamente nos resultados das crianças. Existem estudos científicos feitos dentro da Pontifícia Universidade Católica que demonstram claramente que regiões com alto índice de violência os alunos aprendem menos. Agora, que tipo de responsabilização esse projeto está trazendo para o Executivo, para contornar esses problemas, as graves desigualdades sociais, os estudantes que passam fome? Esse projeto de lei, por exemplo, vai resgatar os 30 minutos que este governo subtraiu das nossas crianças, por semana, em sala de aula? Porque, desde o início da mudança das rotinas escolares, os nossos estudantes perderam 30 minutos semanais de aula; ao contrário do que fala o secretário, as mentiras que ele fala, dizendo que garantiu maior tempo de sala de aula. Mentira! Diminuiu 30 minutos semanais, e isso é um massacre à educação.

Eu sou favorável ao processo avaliativo, e digo que esse projeto é ruim, esse projeto é medíocre. Deveria se começar fazendo duas avaliações anuais: uma no início do ano, para verificar o nível de bagagem que os nossos estudantes trazem depois de um

período de férias, quando ingressam nas escolas; e uma avaliação final para ver se realmente houve crescimento ao longo deste ano letivo, o que não está sendo proposto nesse projeto. Foi um projeto construído por pessoas medíocres, é um projeto falho, um projeto que poderia ser apresentado de uma forma a qualificar a nossa educação, mas infelizmente é o que temos aí para votar, e, pelo que eu acompanho das falas, vai ser aprovada essa porcaria. Não é necessária uma lei para se criar um programa de avaliação dentro das escolas, não é necessária uma lei. Essa lei foi proposta pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior e pelo seu secretário Adriano Naves de Brito, que não entendem nada de educação, para fazer uma cortina de fumaça, para mostrar que se preocupam com a educação. Não, não se preocupam, nunca se preocuparam, e esse projeto é uma rele gambiarra. Nós poderíamos ter simplesmente um programa de avaliação escolar que não precisaria de lei alguma.

Por isso, eu encaminho no sentido da rejeição desta iniciativa e torço demais para que o próximo governo seja um governo responsável e participativo dentro das escolas, que trabalhe com afinco para que nós tenhamos a reversão desse quadro muito ruim, que é a falta de qualidade oferecida para o trabalho dos nossos estudantes nas nossas escolas, que estão caindo aos pedaços. O prefeito e o secretário propõem fazer uma provinha; não, avaliação diagnóstica é o que precisamos, avaliar as condições de cada uma das nossas escolas, mapear os problemas e trabalhar para corrigi-los. Esse projeto é só uma rele gambiarra “para inglês ver”. Portanto, peço a esses colegas que tenham o entendimento de rejeitar essa iniciativa. E torçamos para que o próximo governo seja mais responsável e cuidadoso com relação à educação na nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE Nº 013/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, quero trazer um abraço a todos vocês, vereadores e vereadoras, ao Luiz Afonso e a todos e todas que estão conosco, em especial ao nosso Presidente Pujol. Eu estou acompanhando a discussão do nosso projeto de hoje, o primeiro, e quero dizer que eu sou um ferrenho defensor da escola pública. A escola pública, aqui em Porto Alegre, aqui no Estado, por muito pouco perde da escola privada. Temos as nossas dificuldades, sim, mas a escola privada também tem tantas, e um preço bastante alto de mensalidade. Eu quero fazer uma referência ao meu filho, Matheus, que fez o seu 2º grau em escola pública, na Irmão Pedro, aqui em Porto Alegre, morava ali perto, e hoje, nesta semana, ele está concluindo o curso de Engenharia de Computação na PUC, e não perde para os seus colegas de escola privada, talvez até tenha ganho, com falsa modéstia. Portanto, a escola pública precisa de um reconhecimento.

Com relação à votação deste projeto – estou inclinado a votar favoravelmente, acredito que é preciso, é possível uma avaliação. Agora, antes da avaliação – fala-se na presença do nosso novo prefeito Melo –, quando da

regulamentação desta lei, ele tem que ouvir o que falou o Ver. Alex, ou seja, antes de punir a escola, seus servidores, professores, por um resultado talvez menor, é preciso olhar com cuidado onde está inserida a escola, que condições de trabalho são oferecidas a ela, a seus servidores e professores, uma avaliação das condições onde ela se encontra, cada escola, para, depois, sim, fazer uma avaliação mais adequada, mais isenta e mais moderna. Não dá para chegar a varrer, jogar todas na mesma bolsa porque, na verdade, cada situação, cada posição, cada localização de cada escola pode trazer resultados diferentes, em razão até das questões sociais do seu entorno, das condições em que vivem seus alunos - esse é o meu apelo. Quando da regulamentação da lei, é preciso um olhar atento para isso; antes da avaliação é preciso dar condições à escola para melhorar seu desempenho, senão estaremos apenas punindo. Era isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Boa tarde, Presidente Pujol, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estou aqui atentamente escutando os colegas vereadores falarem deste projeto de avaliação encaminhado pelo secretário Adriano, vejo vários vereadores discutindo um processo de avaliação. Eu acho que nós temos, neste momento, Presidente Pujol, esquecer o ranço de um governo que eu ainda represento – sou líder do governo –, porque o projeto partiu do Executivo. Esse é um projeto que vai ser executado no próximo ano, um projeto importante de avaliação que será, inclusive, feito, executado e elaborado pelo governo que vai entrar. Então, na verdade, nós estamos fazendo um balizador, e falou muito bem o Ver. Cassiá Carpes, quando disse que este projeto será apresentado, possibilitando que o secretário de Educação do próximo governo faça, para outubro de 2021, uma avaliação das suas escolas; será uma avaliação que acontecerá daqui a um período, que será organizado pelo governo que está entrando, é uma oportunidade que estão tendo. Vamos esquecer os ranços, vamos pensar na oportunidade que estamos tendo, esquecer de onde surgiu, mas, avaliar o mérito do projeto. É um projeto importante de avaliação dos nossos jovens de escolas que sabemos que muitas vezes têm dificuldades. Então, como vamos corrigir os erros se não tivermos uma avaliação. Eu peço aos colegas vereadores que passem por cima de eventuais atritos que tenham comigo, com o secretário Adriano, com o prefeito Marchezan, e pensem na cidade de Porto Alegre, na importância de termos uma avaliação das escolas infantis, das escolas municipais, as escolas que abrem oportunidade para particulares. E vai ser regulamentado pelo próximo governo, será uma oportunidade de melhoramos a qualidade da educação, do ensino na cidade de Porto Alegre. Então, não podemos perder a oportunidade de aprovar um projeto importante na área da educação, que vai medir os méritos, se foi bom ou ruim, de uma escola, e assim poder melhorar a qualidade do ensino de Porto Alegre. Todos nós fizemos sempre discurso sobre a preocupação com a educação, preocupação com o

ensino, e agora é hora de iniciarmos a construção de uma avaliação para vermos as reais condições do ensino na cidade de Porto Alegre, do ensino das escolas infantis, das escolas conveniadas, das escolas do Município, das escolas particulares, através de uma regulamentação que será feita por um secretário de Educação que nem sei quem é, mas tenho certeza de que será alguém competente, preocupado com a educação no Município de Porto Alegre. Então, peço a compreensão de todos os vereadores para que votem a favor de um projeto importante de cidade e não fiquem preocupados com a origem deste projeto, mas, sim, com o resultado que ele terá para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Ver. Pujol, muito obrigado, colegas vereadores, vamos pensar com carinho na melhora da qualidade da educação no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente Pujol, prezados vereadores e vereadoras, nosso diretor Luiz Afonso. Fiquei escutando atentamente todos os vereadores; eu queria cumprimentar aqueles que eram oposição ao prefeito atual, mas não são oposição a projetos bons, como esse apresentado agora, que é um projeto bom para a cidade - esses meus colegas entenderam isso. Eu queria cumprimentar cada um, aos que já se pronunciaram, aos que vão se pronunciar, porque projeto bom para a cidade deve ser louvado e não chamado de gambiarra ou de porcaria, como disse o Ver. Prof. Alex Fraga. Professor! Para que essa violência toda, professor, contra os colegas que pensam ao contrário? Eu acho que o senhor deveria refletir um pouquinho mais. Eu até entendo, final de ano, enfim, não é fácil, mas para quem lecionou até bem pouco tempo no Colégio Farroupilha, como é o caso do Ver. Prof. Alex Fraga, para quem teve seus filhos estudando em colégio particular, como é o caso do Ver. Prof. Alex Fraga – parece que ainda estudam em escola particular... Eles pregam escola pública para os outros, mas os deles vão para escola particular. Então, eu acho que nós temos que, Prof. Alex Fraga, deixar de lado um pouquinho esse ranço do atraso, deixar de lado essa coisa que estava acontecendo em Porto Alegre, menos de 50% de aprovação, e começar uma fase nova, começar uma coisa responsável. Esse negócio de 30 minutos a menos de aprendizado, não! Foram duas horas a menos de folga nas escolas, que fechavam na quinta-feira e só voltavam na segunda-feira. Essa é uma das coisas que eu tenho que elogiar ao secretário, que botou moral nas escolas para que se trabalhe as horas contratadas, e não sair na quinta-feira, com a desculpa de reunião de classe ou sei lá qual é nome que se dava, e só voltar na segunda-feira. Então, com todo o respeito, se os filhos do Alex não estudam mais em escola particular, e parece-me que ele saiu mesmo do Colégio Farroupilha, não é mais professor lá, mas não é pecado nenhum estudar e nem lecionar em escola particular, Prof. Alex, não é ofensa dizer isso, não é não! Eu acho que cada um tem o direito.... Principalmente o Prof. Alex

que é professor e que tem alunos, tem filhos, ele tem todo o direito de pensar, de fazer e de colocar os seus filhos na escola que ele deseja, mas não chame o projeto de porcaria, de gambiarra, isso não é um bom linguajar de um professor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço o Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Colegas vereadores, nós ouvimos aí algumas palavras que eu acho muito importante. Até os vereadores que encaminharam contra o projeto, falam da necessidade de avaliar alguns critérios, de avaliar a questão da violência que ronda algumas escolas, avaliar a questão da alimentação dessas crianças, da oportunidade dessas crianças, de transporte para essas crianças chegarem numa escola. O projeto é bem claro: será feito um decreto. Quem conhece o futuro prefeito, sabe que é um homem de diálogo, de sentar à mesa e de conversar com todos, eu acho que nada mais próximo de resolver algumas questões, de avaliar. Essas foram as palavras usadas, não sou quem está falando isso, foram as palavras usadas: avaliar a questão de violência. Eu acho que, se nós vamos avaliar uma escola do Município, nós temos que avaliar como essa violência influi na educação de uma criança, como essa violência pode tirar essa criança de uma sala de aula. Se nós vamos avaliar uma escola, nós vamos ter que avaliar por que o desempenho dessa criança está mais fraco do que outros, por quê? Por que ele só come na escola? Por um bom tempo da minha infância, a minha principal refeição chegou a ser a merenda escolar, a massinha lá com guisadinho, o arrozinho com guisadinho também, tudo guisado de soja, mais a polentinha, essa era comida, a minha principal base de sustentação vinha da merenda escolar. Então, isso vamos ter que avaliar, vai ter que estar lá na avaliação.

Eu vou dar o exemplo do Prof. Alex, que diz que é contra o projeto, que não tem que avaliar, mas diz que tem que ter duas avaliações, mas vamos colocar no decreto que tem que ter uma avaliação quando inicia e quando termina. Volto a dizer o que eu falei no início aqui: vários funcionários, diretores, gerentes, supervisores de setores produtivos são avaliados. Vários funcionários de setores produtivos da sociedade são avaliados na sua capacidade de aprender, na sua capacidade de conhecimento, na sua capacidade de expor, vender o produto, de vender a empresa, de estar junto com a empresa.

Então, eu não vejo dificuldade em deixarmos preparado para o próximo governo, criando o decreto de avaliação, levando em consideração alguns critérios que já foram ditos. Claro que ninguém vai avaliar e cobrar a média de uma escola que não tem professor de matemática e português, como a Chapéu do Sol, que está sem professor de geografia e matemática há um bom tempo. Como tu vais ter uma avaliação dessa escola em português e matemática se não tem o professor? E lá na avaliação isso

vai aparecer. Então, é imprescindível a avaliação da nossa rede de ensino, é imprescindível a avaliação das nossas estruturas de ensino, ninguém está querendo fazer um projeto de avaliação para fazer caça às bruxas, ninguém quer prejudicar o servidor público, pelo contrário, o critério de avaliação nasce em vários setores da economia para preparar, qualificar esse trabalhador, para entregar o que ele se propõe entregar, isso é numa loja, numa indústria, no canteiro de obra, isso é no sistema de transporte, as pessoas são avaliadas. Vou dar um exemplo de avaliação que acontece de pessoas: nos aplicativos, pega aí um carro de aplicativo e tu avalia o motorista, a empresa quer saber como está se comportando aquele motorista. Então, a sociedade quer saber como está a escola do seu filho, não como está o professor, mas como está a escola do seu filho na questão da segurança, na questão da alimentação, na questão da própria saúde, de deslocamento dessa criança. Daqui a pouco a dificuldade dela de aprendizado não é pelo conteúdo, mas porque ela tem que caminhar um a dois quilômetros para chegar na escola em dia de chuva ou dia de calor. Então tudo isso fará parte de uma avaliação, por isso que nós encaminhamos, independente de quem seja o governo, para que seja aprovado esse projeto e possa o novo governo criar um decreto que permite avaliar a educação, e não é o gestor, não é o professor, é a educação no Município de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, falo em nome do PT, tinha solicitado em nome da oposição, mas o Ver. Prof. Alex Fraga falará em nome da oposição. Quero trazer algumas considerações do que foi falado. Eu estive, nos últimos dois anos, na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE, da Câmara, fazendo esse debate e tentando buscar o diálogo com este governo, algo que não foi, em momento nenhum, propiciado e permitido. Nós tiramos uma posição, inclusive, unânime na CECE, na última reunião que tivemos com o secretário Adriano para discutir esse tema, que esse projeto não deveria ir à frente nesse formato. Primeiro, meus colegas vereadores, isso aqui não se trata, não tem ninguém contra um processo de avaliação – primeiro isso.

Segundo, esse processo que está sendo proposto, da forma como ele foi apresentado aqui, trazido até a Câmara, de uma forma autoritária, ele simplesmente quer mascarar a nossa situação educacional. Justifico o porquê, e aqui nada melhor do que nós fazermos o debate. Porto Alegre já foi pioneira, já foi ponta, já foi destaque nacional na avaliação do IDEB, na década de 1990, num sistema educacional que tive o prazer de compartilhar uma gestão, apresentou todos esses dados, e hoje, se ele está lá na rabeira, nós temos que avaliar por que foi destruído esse sistema educacional que estava implantado? Por que ele vem decaindo? Terceiro, tem que ser dito aqui, nós já sabemos quais são os principais problemas, aí tu apresentas um processo de avaliação

dos estudantes, mas não apresenta um processo de avaliação e de discussão da qualidade que estão as escolas. Portanto, (Problema na conexão.) ...que vão dar sustentação, e aqui não se trata de um tema de debate de situação ou oposição, até porque, entendo que 85% desta Câmara é oposição ao Marchezan, pelo menos tinham se comportado até as eleições dessa forma, e acredito que continuam sendo. Então, como estão as escolas municipais? Elas estão abandonadas, elas estão sem a sua infraestrutura, não apresentam as condições técnicas ou materiais para ter um bom processo de ensino, e essas escolas estão situadas, na sua grande maioria, nas periferias da cidade. Primeiro ponto é esse. Segundo ponto, foi destruída a rede de educação onde os professores tinham um sistema de avaliação municipal, em que se reuniam, discutiam, apresentavam sugestões, demandas, opiniões, e isso era permanente, e isso foi destruído, foi quebrado; se retirou benefícios dos professores. O nosso professor municipal era um dos mais bem pagos do Brasil, hoje não são mais. Ouvi muitos vereadores dizendo que os professores são muito bem pagos, ao mesmo tempo, elogiam o Japão, a Noruega, a Coreia, a Alemanha, que têm o melhor ensino educacional. A média dos professores no Japão, na Coreia e nos demais países que citei, eles são a categoria top em pagamento, em recebimento, no Brasil é categoria rabeira. E este governo retirou incentivos ou apoios mínimos, como por exemplo, o difícil acesso às comunidades nessas escolas que estão na periferia. Lá no Morro da Cruz, na Escola América tem que vencer os buracos que estão lá, tem que vencer as barreiras do tráfico que estão lá, tem que vencer as dificuldades dos alagamentos que levam pessoas morro abaixo quando vem as chuvaradas. Isso foi retirado de uma forma autoritária. Não se abriram novos concursos, se retirou os estagiários, se demitiu todos os funcionários terceirizados, merendeiros, seguranças, assistente social das escolas, e muitos outros temas. Portanto, meus colegas vereadores, se nós quisermos realmente melhorar o sistema de educação, e somos parceiros, vamos nos debruçar para fazer uma avaliação da estrutura geral. E como disse o meu líder, Ver. Adeli Sell, num sistema de avaliação, não se avalia só o resultado final dos alunos se eles aprenderam ou não aprenderam, se avalia todo o sistema. O que nós estamos dizendo aqui é que queremos uma avaliação, sim, mas do sistema completo, que pega infraestrutura, que pega verba destinada, que pega os recursos, que pega os materiais didáticos, que pega a informatização, que pega ver se a Procempa botou Wi-Fi em todas as escolas. Aí, não tem como exigir avaliar este ano, por exemplo, assim, se não foram dadas as condições mínimas de educação. (Problemas no som.) Por que envolver todos os segmentos, inclusive os pais, os alunos, os professores, os educadores? Porque se chama um processo democrático; com a democracia na educação, todos aprendem e o sistema melhora. Um grande abraço, e a nossa bancada votará contra este projeto por essas razões aqui apresentadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENT REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Boa tarde, Presidente; colegas vereadores, me inscrevo pela liderança do DEM para acompanhar os vereadores Idenir Cecchim, Cassiá, Nedel, João Bosco Vaz e o Mauro Pinheiro. Este projeto realmente não é deste governo, não é do próximo governo, não é situação, não é oposição, este projeto é para o futuro de Porto Alegre. Por que digo isso? Sou um vereador que atua muito na questão da educação, acho que a educação é fundamental para que a gente possa ter um futuro melhor, um futuro digno para as nossas crianças e para a nossa cidade. Este vereador foi o que aprovou a educação financeira nas escolas, a escola de ofício, a semana da inovação escolar e que vê neste projeto, como eu disse na discussão, um projeto extremamente importante para o futuro. Se nós olharmos onde está a educação, hoje, pública, antigamente, quem tinha condições financeiras colocava os seus filhos em escolas públicas, a escola pública já foi referência. Hoje são poucos, está aí o exemplo do Ver. Alex Fraga, e quero cumprimentar o Ver. Airto Ferronato que coloca os seus filhos em escola pública. Que bom que a gente tem escola pública como referência, mas, para isso, temos que avançar, e muito. Este projeto vai ao encontro disso, vai ao encontro de avançarmos naquilo que está errado. Não é possível que 60% das nossas escolas não tenham feito a avaliação do IDEB. Como vamos melhorar? Como vamos avançar? Como vamos evoluir? Não tenho dúvida que temos quadros, professores competentes, nós não estamos aqui criticando a capacidade dos nossos professores, nós estamos criticando como é feita hoje a educação pública e qual é a prioridade. O Ver. Cecchim disse aí, no começo do ano, nós aprovamos um projeto importante onde retomou um dia a mais de aula para as nossas crianças, enquanto elas estavam na rua, em tempo desocupado, hoje elas estão um dia a mais na escola. Esse projeto é importante para saber que rumos nós vamos tomar, o que está certo e o que está errado. Volto a repetir: a avaliação vem para acrescentar. O mundo inteiro avalia, ela vem para o nosso crescimento. E Porto Alegre não pode ser diferente. Eu tenho certeza de que o próximo governo, liderado pelo Melo e pelo Ricardo Gomes, vai ter a capacidade e a competência... Porto Alegre os escolheu para comandar, e eu tenho certeza de que eles vão fazer essa lei extremamente importante para avançarmos na nossa educação pública do Município. É isso que nós esperamos, é isso que nós desejamos. Infelizmente não estarei mais na Câmara, mas estarei torcendo para que os vereadores que estarão na próxima legislatura trabalhem arduamente para que a gente possa avançar e melhorar cada vez mais na educação do nosso Município, porque nós temos um caminho longo a percorrer. Essa lei do governo Marchezan é extremamente importante para que a gente possa olhar o futuro com uma luz brilhando, para que a gente possa melhorar a nossa educação. Então, o DEM encaminha pela aprovação do projeto e pede a todos os vereadores que apoiem esse projeto importante para a nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Obrigado, Presidente Pujol, pretendo ser breve. Quero acompanhar as palavras do Ver. Mendes quando disse que, democraticamente, a cidade escolheu o Melo e o Gomes para liderarem a cidade, no entendimento de que eles são pessoas preparadas e estão à altura da capital. Acho que umas das marcas dessa campanha – algo que a gente escutou durante os debates – e uma das marcas que o Melo tem na sua história, e o Ricardo também, é algo que nós rejeitamos e que a cidade rejeitou, tanto é que o prefeito Marchezan sequer foi ao segundo turno, que é o diálogo. E esse projeto que avalia os nossos educadores, os nossos professores é meritório. Eu não sou contra a avaliação. Aliás, todos têm que ser avaliados, aqueles que estão no serviço público, no serviço privado. Nós, vereadores, somos avaliados pelo povo de quatro em quatro anos para ver se realmente merecemos mais quatro anos ou não como vereadores. É por isso que eu queria aqui deixar a minha posição. Eu sou contra o projeto porque o prefeito Marchezan estabeleceu uma relação muito ruim com os nossos servidores. É hora de nós resgatarmos essa relação, e eu não tenho a menor dúvida de que o Melo terá totais condições para abrir um amplo diálogo, trazer os educadores, construir algo que realmente possa avaliar e dar o resultado melhor aos nossos alunos que estão lá nas escolas, que estão sob os cuidados dos nossos educadores que são os principais responsáveis. Por isso eu não vou votar a favor de um projeto de um prefeito autoritário que rompeu o diálogo com os servidores durante os quatro anos e que nada mais quer do que se vingar daqueles que não votaram nele e que não compactuaram com o modelo de gestão dele. A mim, fica essa memória do pior prefeito que a cidade já teve, daquele que quis nos impor uma série de questões que foram rejeitadas por esta Casa e principalmente rejeitadas pelo povo de Porto Alegre que sequer quis o prefeito Marchezan no segundo turno. É por isso que voto contra e já me coloco à disposição do prefeito eleito e de seu vice – Melo e Ricardo Gomes - para que a gente possa construir um projeto que venha realmente discutir com a categoria, discutir com os educadores algo que possa fazer, sim, a avaliação adequada dos nossos professores, porque eles, como qualquer outro que está na atividade pública, estão isentos de qualquer avaliação. Por isso eu voto contra, porque nós queremos resgatar nesta cidade aquilo que nos deixou durante quatro anos, que foi o diálogo. E eu tenho certeza de que isso não vai faltar para o nosso prefeito eleito Sebastião Melo. Um grande abraço, e voto contra o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/20.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde, Presidente e colegas vereadores, boa tarde ao público que nos assiste, eu estava acompanhando a fala de todos os colegas e todos nós sabemos que a nossa avaliação do IDEB é das piores, todos nós sabemos que é necessário fazer uma avaliação em relação aos professores, mas é sabido também que são necessárias muitas melhorias nas escolas. As escolas estão

abandonadas. A reflexão que eu faço com os colegas é a seguinte: o prefeito encaminhou 19 projetos, e eu pergunto com qual dos senhores foi discutido um projeto desses aqui? Nós não fomos procurados para construir nenhum projeto desses aqui e muito menos as classes. Muito menos as classes! Então, um projeto dessa envergadura tem que ser construído junto com a classe dos professores e não botar goela abaixo. Repito: é fundamental, é necessário que tenha uma avaliação, não sou contra, tem que ter, mas eu acho que nós temos que zerar. Nós nunca fomos procurados para construir um projeto e agora votar de qualquer jeito? Eu vou ouvir um por um, como estou ouvindo, desde o primeiro, mas, por mim, eu voto “não”, me perdoem a expressão, de cabo a rabo, do um ao dezenove eu voto “não”. Mas eu vou avaliar um por um, como estou avaliando esse. Eu, José Freitas, não estou encaminhando pelo Republicanos porque eu não conversei com o Ver. Alvoní Medina, mas eu, José Freitas, voto contra esse projeto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vejo que V. Exa. encaminhou em nome do Republicanos, porque V. Exa. é legitimamente integrante da bancada e não há nenhum obstáculo por isso. Faço essa colocação porque neste momento não cabe outra manifestação, senão por liderança. Consulto se há mais algum vereador inscrito. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não há mais inscrições.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Dr. Luiz Afonso, a essa matéria como devo me comportar? Eu voto, ou simplesmente presido e só me manifesto em caso de desempate?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, Presidente, a matéria necessita de maioria simples para aprovação. O senhor só vota em caso de empate.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Obviamente que, se eu votasse, votaria favoravelmente em homenagem ao secretário de educação do Município, que eu considero, ao contrário do que as pessoas disseram - muitos falaram - , que é um homem de diálogo. Várias vezes ele veio nas comissões e dialogamos muito bem.

Assim, coloco imediatamente em votação, pedindo ao nosso diretor legislativo que colha os votos dos senhores vereadores que, pelo que se observa dos encaminhamentos, não há nenhuma possibilidade de unanimidade nessa matéria. Dr. Luiz Afonso, com a palavra.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLE nº 013/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovado o PLE nº 013/20.

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (PSL):** Votei “sim” por uma avaliação séria que vai resultar numa educação consistente para Porto Alegre.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Votei “sim” com muita convicção, pela educação.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** É um importante projeto para o qual não houve ampla discussão nas comissões, e entendo que o próximo governo poderá fazer uma ampla discussão em algo tão importante, por isso votei “não”.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Parabenizando o secretário Adriano Naves de Brito, votei “sim”.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0014/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/20**, que dispõe sobre o credenciamento das empresas do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros na categoria Aplicações de Internet, altera o art. 21 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e revoga a Lei nº 12.162, de 09 de dezembro de 2016, e a Lei nº 12.423, de 14 de junho de 2018. **(SEI 004.00065/2020-11)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato;
- com Emendas nºs 02, 03 e 04, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely;
- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLE nº 001/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 001//20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da emenda.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 04 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLE nº 001/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Votei “não”, conforme meu relatório da CCJ que foi pela existência de óbice no projeto, de todas as emendas.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Acompanhei o requerimento do Ver. Mendes Ribeiro e votei “não”.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT) (Requerimento):** Sr. Presidente, formação de bloco para a votação das Emendas nºs 02, 03 e 04 ao PLE nº 001/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelas Emendas nºs 02, 03 e 04 ao PLE nº 001/20.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 01 voto **SIM** e 27 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitadas as Emendas nºs 02, 03 e 04 ao PLE nº 001/20.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezado Presidente, a única forma que nós, vereadores, temos para nos comunicar com o senhor durante os processos de votação, durante a votação, é pelo *chat*. O senhor faz o anúncio e pergunta se há alguém que queira fazer a discussão, ou encaminhar. Neste momento, eu queria sugerir ao senhor e aos demais que o senhor desse uns 15 segundos para que nós pudessemos, pelo *chat*, dizer se queremos ou não falar. Não é preciso mais do que 15 segundos. Isso dá a oportunidade de todos nós termos garantida a manifestação, se algum de nós assim o desejar. É um pedido simples, não vai atrapalhar em nada o andamento dos nossos processos, mas permite que, com 15, 20 segundos, nós

conseguimos clicar no *chat*, escrever e mandar para o nosso Diretor Legislativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a contribuição de V. Exa., a sua solicitação é procedente, eu apoio e até entendo de ampliar para 30 segundos o período em que nós aguardaremos, porque sabemos que a internet, às vezes, enseja algum atraso e não há instantaneidade que se poderia pretender que ocorresse. Obrigado pela colaboração. Já na próxima votação será levada em conta sua solicitação.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Sr. Presidente, estou questionando a viabilidade desta sessão, porque o SEI, que é o sistema que a gente utiliza para acessar os projetos e as emendas está indisponível, não está carregando todos os projetos, inclusive, no tempo e no ritmo da Sessão. A população também não está conseguindo acompanhar a presente Sessão de suas residências, nos grupos das assessorias foram feitos vários questionamentos também. O meu questionamento, a Questão de Ordem, é em relação à viabilidade da continuidade da Sessão, sendo que nós não estamos conseguindo acompanhar os projetos. Isso ficou expresso na fala do Ver. Ferronato que também não conseguiu ter acesso a sua própria emenda no tempo da discussão e das votações. Está bem complicado de seguir acompanhando o sistema. Eu não estou conseguindo acompanhar, minha assessoria também não está conseguindo, outros assessores também estão colocando isso. E eu estou questionando a viabilidade de um sistema remoto, de uma discussão *on-line*, de a gente não conseguir ter acesso a todos os projetos. Realmente, não imprimir todos os projetos que estão na Ordem do Dia de hoje.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu agradeço a Questão de Ordem de V. Exa., vejo que aguarda solução, não é algo que eu possa decidir de plano. Vou concluir a votação desta matéria, e antes de iniciar o exame da próxima matéria eu me comprometo a suspender a Sessão por alguns minutos para verificar se, tecnicamente, temos condição de levar adiante a presente Sessão, ou se há a impossibilidade de assim ocorrer. Em tal situação, compreendo que não há nenhuma predisposição, porque nós mesmos tivemos dificuldade, em determinado momento, o que depois foi superado. Verificaremos com profundidade a possibilidade de nós continuarmos ou não com os nossos trabalhos. Por enquanto, como resta somente para votar um projeto, e como a manifestação das emendas foi, por ampla maioria, apenas um vereador se manifestou contrário, eu pergunto: há discordância numérica e expressiva para que nós tenhamos que fazer a nossa chamada nominal? Eu darei tempo para eventuais manifestações de contrariedade, e, conforme elas surgirem, nós votaremos nominalmente, ou simbolicamente. Os Srs. Vereadores que discordarem da votação simbólica, por gentileza, se manifestem. (Pausa.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Eu perdi o contato da internet. Nós estamos votando o projeto agora?

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A consulta é para definirmos se será votação simbólica ou não.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Simbólica a favor do projeto?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Simbolicamente o senhor pode registrar o voto a favor.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Então já deixo registrado o meu voto a favor. A pergunta vai ser: os que são favoráveis permaneçam como estão?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Solicitam votação nominal o Ver. Prof. Alex Fraga e a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga e pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, o PLE nº 001/20. Solicito ao nosso diretor legislativo que proceda à chamada nominal para votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 02 votos **SIM** e 31 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitado o PLE nº 001/20.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h43min.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h55min:** Estão reabertos os trabalhos.

Solicito a todos um momento de atenção. Informo aos demais colegas que estão conectados que o diretor Luiz Afonso irá informar a todos, de uma forma objetiva, as demandas que organizou, as sugestões que ele tem a apresentar, as quais serão, desde já, acolhidas pela Presidência, que, certamente acolherá as razões que este trará a nossa consideração. O Dr. Luiz Afonso está com a palavra.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Diretoria Legislativa entrou em contato com a área técnica da Câmara e também com a direção da TVCâmara, a informação da TV é que ela não está conseguindo transmitir a sessão adequadamente, por estar tendo sucessivas quedas e travamentos, estão com dificuldades. O setor de informática, por seu turno, informa que os sistemas todos estão com instabilidade, por isso que há dificuldades de alguns em abrir o SEI, abrir outros

sistemas da Casa, e atribui isso a uma instabilidade na rede da Procempa. Então, essa é a situação técnica que nós temos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Srs. Vereadores, e Sras. Vereadoras, com as informações que nos são transmitidas pelo nosso diretor legislativo, e tendo em vista com o que nós havíamos nos comprometido com a ilustre Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, vemos que são precárias as condições de trabalho no momento, e, por precaução, inclusive para garantir a plena legitimidade das nossas decisões, nós entendemos, por óbvio e por necessário, suspender a presente reunião e convocar os Srs. Vereadores para, amanhã, às 14h, para uma nova sessão ordinária da nossa Câmara de Vereadores para examinarmos as matérias que deveriam ter sido examinadas na continuidade do dia de hoje e que, por essa razão técnica, deixam de ser examinadas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Dr. Goulart solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 9 a 22 de dezembro de 2022.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a presença de todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h.)

\* \* \* \* \*